

**O “QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS” –  
SUJEITOS, ESTADOS NACIONAIS E MERCADO**

Leandro Rodrigues Alves DINIZ<sup>1</sup>

RÉSUMÉ: À partir de l’Histoire des Idées Linguistiques et de l’Analyse du Discours, on examine la grammatisation dans l’Union Européenne, en se concentrant sur le “Cadre Européen Commun de Référence pour les langues”. Il s’agit d’un document du Conseil de l’Europe qui offre une base commune pour l’enseignement, apprentissage et évaluation de langues. Son discours semble s’inscrire dans de nouvelles conditions de production, marquées par l’affaiblissement des frontières nationales et par l’accroissement du pouvoir du Marché. Le sujet qui se constitue alors doit maîtriser de différentes langues pour “réussir”, et le plurilinguisme apparaît comme une condition pour une “citoyenneté transnationale”.

**Introdução**

A configuração da União Européia foi acompanhada por um intenso processo de *gramatização* (Auroux, 1992) de algumas línguas européias. Além do surgimento de diversas associações de diagnóstico, avaliação e normatização do ensino dessas línguas – a exemplo da ALTE (*Association of Language Testers in Europe*) –, apareceram então diferentes *instrumentos lingüísticos* (*ibidem*), tais como o *Portfólio Europeu de Línguas* e o *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas: aprender, ensinar, avaliar* (doravante *Quadro Europeu*), sobre o qual nos deteremos neste artigo. Trata-se de um documento publicado pelo Conselho da Europa, que oferece uma base comum para a elaboração de programas de ensino de línguas vivas, referenciais, exames, manuais etc. na Europa.

Para o presente estudo, temos como quadro teórico-metodológico de referência o da *História das Idéias Lingüísticas*, que se caracteriza por pensar o domínio dos fenômenos da linguagem como um espaço de produção de tecnologias diretamente vinculadas ao destino do homem. Há, assim, uma forte crítica ao mito da cientificidade expandido pela historiografia das ciências da linguagem. Opondo-se a esse ideal positivista, Auroux propõe o conceito de *gramatização*, definindo-o como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (*ibidem*: 65). Segundo Orlandi (2001), a *gramatização* pode ser pensada nas várias instâncias de instrumentalização de uma língua. Nesse sentido, procuramos pensar aqui em que medida o *Quadro Europeu* funciona como um instrumento lingüístico.

Vale ressaltar que o campo da *História das Idéias Lingüísticas* se distingue da *História da Lingüística* e da *Historiografia da Lingüística*. Não tomamos o olhar

---

<sup>1</sup> Mestrando em Lingüística no Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. E-mail: leandroradiniz@yahoo.com.br

externo – o que poderia ser feito por um historiador da ciência –, mas trabalhamos a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem (*ibidem*). No caso deste trabalho, este olhar se faz a partir da *Análise do Discurso*.

Além do conceito de gramatização, um conceito-chave para este trabalho é o de *espaços de enunciação*, definido por Guimarães (2002:18) como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. Estudamos, portanto, uma instância de gramatização de algumas línguas européias, surgida a partir da ampliação dos seus espaços de enunciação.

Uma vez apresentado brevemente o quadro teórico-metodológico a partir do qual se norteará nossa pesquisa, discutiremos, na seção seguinte, as mudanças nas formas do Poder na Contemporaneidade e suas consequências sobre as formas de subjetivação. Tal discussão será fundamental para a análise do nosso *corpus*, constituído a partir de recortes discursivos do *Quadro Europeu*.

### **Mudanças nas formas do Poder na Contemporaneidade**

Payer (2005:13) afirma que “os modos de ser sujeito ao longo da história social não se apresentam sempre idênticos”, destacando que os diferentes modos de subjetivação ao longo da história “se ligam ao ‘exterior’, às formas da sociedade na história”. Retomando Haroche, a autora mostra que na Idade Média, a sociedade se organizava segundo a obediência às leis divinas, sendo a divisão social entre senhores, nobres e súditos legitimada em nome de Deus.

O poder de organização social é, a partir da Revolução Francesa, transferido ao Estado Nacional, que passa a funcionar como uma “meta-instituição doadora de sentido”, ou seja, como a “condição de existência institucional, princípio de consistência e articulador simbólico” (Lewkowitz *et al.*, no prelo:8). Embora esses autores não entrem nesse ponto, acrescentaríamos que a articulação simbólica do Estado Nação também se faz através da *língua nacional*. “Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem portanto *se liberar* dos particularismos históricos que os entavam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’ ... e sua *língua materna*.” (Gadet e Pêcheux, 2004:37) [grifo nosso]<sup>2</sup>. Corresponde a este tipo de organização social uma subjetividade específica: a subjetividade cidadã.

O que mais nos interessa neste trabalho, todavia, são as mudanças que vêm se esboçando na Contemporaneidade, em que temos um certo apagamento das fronteiras nacionais e um aumento do poder do Mercado, por exemplo, através da formação de espaços transnacionais (como a União Européia), no movimento da “globalização”. Nas palavras de Habermas (1999:48),

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar, nesse ponto, que o conceito de *língua nacional* deve ser diferenciado do de *língua materna*. Aquela é, segundo Guimarães (2006), “a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído”, aparecendo como uma “*unidade imaginária* que funciona como a garantia de que todos, o povo, tem a mesma língua” [grifo nosso]. A língua materna, por outro lado, corresponde àquela que nos constitui como sujeitos, e, por isso, não pode “fazer número com outras línguas” (Milner, 1978: 16).

The trends that are today attracting general attention under the catch-all rubric ‘globalization’ are transforming a historical constellation characterized by the fact that state, society, and economy are, as it were, co-extensive within the same national boundaries. The *international* economic system, in which states draw the borderline between the domestic economy and foreign trade relations, is being metamorphosed into a *transnational* economy in the wake of the globalization of markets. [...] Today, it is rather states which are embedded within markets than national economies which are embedded within the boundaries of states.

Lewkowicz *et al.* (*op. cit.*:4) afirmam que o Estado Nação da Idade Moderna é substituído pelo Estado técnico-administrativo na Contemporaneidade. A dinâmica do Mercado se instaura como prática dominante, o que não significa, todavia, que esse substitua o Estado Nação em suas funções de articulador simbólico. Ao contrário, o Mercado desenvolve uma operatória que consiste na *conexão real*, e não na *articulação simbólica*. Tais mudanças produzem conseqüências na interpelação do sujeito: já não se trata mais do cidadão produzido pelas instituições disciplinares, mas do consumidor instalado pelas práticas do Mercado.

Tendo em vista estas condições de produção, passemos à análise do nosso *corpus*, que será composto por alguns recortes discursivos do *Quadro Europeu*.

### **Análise do corpus<sup>3</sup>**

Começemos nossa análise por uma expressão entre aspas presente na folha de rosto do *Quadro Europeu*: (i) “Apprentissage des langues et citoyenneté européenne”.

Primeiramente, cabe ressaltar que “Apprentissage des langues et citoyenneté européenne” é o nome de um projeto adotado pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 1998 e que propõe aos Estados membros orientações para o desenvolvimento de políticas lingüísticas no século XXI (cf. Giordan, 2006). Há, assim, uma mudança no estatuto desse sintagma nominal: de nome próprio de um projeto, passa a uma espécie de “máxima” do Comitê de Educação do Conselho de Cooperação Cultural da Europa. O emprego das aspas parece marcar esta “memória”, além de atrair a atenção do interlocutor para a importância atribuída a esta formulação.

Ainda em relação a esta expressão, gostaríamos de propor uma primeira paráfrase, a fim de investigar mais detalhadamente sua materialidade: (i)’ “Apprentissage d’une langue et citoyenneté”. Esse último enunciado seria possível em uma prática discursiva diferente da que está na base da formulação (i). A paráfrase (i)’ parece, pois, se inscrever numa formação discursiva que se configura em uma sociedade organizada a partir do Estado Nacional, tal como na Idade Moderna. Conforme discutimos, esta forma do Estado desenvolve uma articulação simbólica – e, nesse sentido, a língua nacional funciona como um elemento de importância única para a construção da identidade nacional. Assim, a língua em questão na paráfrase (i)’ é a língua nacional, que funciona como um dos atributos do cidadão de uma dada Nação.

---

<sup>3</sup> Fizemos nossas análises a partir da versão francesa do *Quadro Europeu*. Cf. Referências bibliográficas.

A formulação “Apprentissage des langues Ø et citoyenneté **européenne**”, por sua vez, produz efeitos de sentido bastante diferentes. Atentemos para o jogo de determinação e indeterminação discursivas aí presente. Por um lado, o nome “langues” encontra-se indeterminado: que línguas estão em jogo para a constituição da cidadania européia? Qualquer língua falada no mundo ou apenas as línguas faladas na União Européia? No segundo caso, *quais* línguas da União Européia? Apenas as línguas nacionais? Ou também estão incluídas aí línguas minoritárias faladas neste espaço (como as línguas regionais e as línguas de imigrantes)?

O nome “citoyenneté”, por outro lado, é determinado pelo adjetivo “européenne”. Além disso, diferentemente de “langues”, encontra-se no singular. Observamos, assim, o pré-construído de que existe *a cidadania européia*. Assim, não é exatamente o sujeito constituído a partir da interpelação dos Estados Nacionais que está em questão, mas sim aquele resultante da diluição das fronteiras nacionais, em favor da constituição de espaços transnacionais (no caso, a União Européia).

Ainda em relação à formulação (i), propomos a paráfrase seguinte, em que invertemos a ordem dos sintagmas nominais: (i) “Citoyenneté européenne et apprentissage des langues”. Esta paráfrase nos permite observar mais atentamente a relação temporal – ou mesmo de causa e consequência – que o operador argumentativo “e” estabelece entre os sintagmas nominais “citoyenneté européenne” e “apprentissage des langues”. Na formulação (i), aprender línguas é colocado como uma condição necessária para a cidadania européia. Em outras palavras, não haveria cidadania européia (ao menos não a cidadania almejada) sem essa aprendizagem. Já em (i)”, a aprendizagem de línguas parece não ser incluída no conceito de “cidadania européia”, sendo apenas algo que lhe está relacionado.

O que explicaria então a importância conferida à aprendizagem de línguas na União Européia, a tal ponto que aparece como uma condição para “a cidadania européia”? Para respondermos a tal questão, detenhamo-nos, por ora, em alguns recortes específicos do *Quadro Europeu*. Na seção 1.2 deste documento, afirma-se que esse último visa contribuir para o objetivo geral do Conselho da Europa: atingir uma maior unidade entre os seus membros, através de uma ação conjunta no domínio da cultura.

Esta almejada unidade é retomada na descrição dos três princípios que estão na base do Conselho da Cooperação Cultural do Conselho da Europa (2001:11). Primeiramente, afirma-se que ações visando a um melhor conhecimento das línguas européias são *essenciais* para que essa diversidade não seja um “obstáculo à comunicação” e, conseqüentemente, à “mobilidade”, “compreensão recíproca” e “cooperação na Europa”. Em seguida, coloca-se que esse conhecimento pode *eliminar* os preconceitos e a discriminação. Por fim, o terceiro princípio destaca que a cooperação entre os Estados membros e a coordenação constante entre suas políticas pode permitir uma maior convergência no âmbito da Europa. Observamos, dessa forma, que o discurso acima se inscreve na mesma formação discursiva da dos “eurofederalistas”, para utilizar a expressão de Habermas (1999:57):

The debate between Eurosceptics and Eurofederalists hinges above all on whether the EU, despite the diversity of its member-states, with their many different peoples, languages, and cultures, can ever acquire the character of an authentic state, or must rather remain the prisoner of neo-corporatist systems of negotiation. Eurofederalists

strive to enhance the governability of the Union, so as to make it possible to implement pan-European policies and regulations that will oblige member-states to co-ordinate their actions, even when the measures involved have a redistributive effect. From the Eurofederalist point of view, any extension of the Union's capacity for political action must go hand-in-hand with a broadening of the base for its legitimation.

Assim, o discurso do *Quadro Europeu* deve ser pensando como um estado de um processo discursivo mais amplo, relacionado ao crescente Poder do Mercado. Observemos, por exemplo, um dos objetivos do Conselho da Cooperação Cultural:

(ii) Outiller tous les Européens pour les défis de l'intensification de la mobilité internationale et d'une coopération plus étroite les uns avec les autres et ceci *non seulement* en éducation, culture et science *mais également* pour le commerce et l'industrie (2001:10) [grifos nossos].

Observamos aí a presença do operador argumentativo “non seulement... mais également”. A primeira parte deste operador (“non seulement”) parece introduzir um argumento supostamente compartilhado com o interlocutor – no caso, o de que a aprendizagem de línguas estrangeiras é importante para a cooperação em termos educativos, culturais e científicos –, enquanto sua segunda parte (“mais également”) traz um argumento que lhe é possivelmente novo – o de que essa aprendizagem também é importante por motivos econômicos. Mais do que isso, no enunciado acima, o operador “non seulement... mais également”, possivelmente, revela um desnivelamento entre dois tempos de enunciação: o primeiro argumento é, em termos cronológicos, anterior ao segundo, que passa a circular apenas recentemente, com o aumento do poder do Mercado. Ressaltamos ainda que, embora o operador “non seulement... mais aussi” pudesse produzir efeitos de sentido semelhantes, o operador utilizado em (ii) enfatiza a *igualdade* entre o valor argumentativo dos dois argumentos.

Conforme discutimos anteriormente, as mudanças na configuração das formas da sociedade resultam em mudanças nos processos de subjetivação. Há uma demanda social de uma nova forma de sujeito, que para ser capaz de se “inserir no mercado de trabalho”, deve, dentre outras características, dominar múltiplas linguagens. Trata-se de um sujeito “capaz de tudo dizer, de tudo compreender, de muitos modos, de controlar com sua vontade os efeitos de sentido do seu discurso, de um modo implacavelmente ‘eficaz’” (Payer, 2005:13).

Nesse sentido, destacamos que o *Quadro Europeu* propõe seis níveis de proficiência, fazendo uma descrição detalhada das diversas competências linguísticas, sociolinguísticas e pragmáticas correspondentes a cada um deles. Essa escala de níveis de proficiência parece, assim, estar relacionada à máxima do “sucesso” da Contemporaneidade, que funciona como lugar máximo de interpelação (*ibidem*:20):

Pode-se observar facilmente que o sujeito pego na injunção do sucesso é aquele em que mais firmemente funciona a “ilusão de completude”, de que fala Orlandi (2001), ou a ilusão de que um dia se vai “chegar lá”, nas palavras de S. Rolnik (1989) Esta ilusão vai configurando uma forma-sujeito voraz, que tudo quer fazer, tudo quer saber, tudo quer ter, tudo quer ver, tudo quer... tudo quer... na crença ilusória de que

um dia vai atingir a plenitude suposta no sucesso. Nota-se portanto nesse jogo em pleno funcionamento o ideal de sujeito *determinado*.

Dessa forma, “subir” nessa escala de proficiência significaria controlar a linguagem com cada vez mais propriedade e eficácia, até atingir o nível máximo, da “maîtrise”, descrito no *Quadro Europeu* da seguinte maneira:

(iii) Peut comprendre *sans effort pratiquement tout* ce qu’il/elle lit ou entend. Peut restituer faits et arguments de *diverses* sources écrites et orales en les résumant de *façon cohérente*. Peut s’exprimer *spontanément, très couramment* et de *façon précise* et peut rendre distinctes de *fines nuances de sens* en rapport avec des *sujets complexes*. (2001:25) [grifos nossos].

Nessa ordem do Mercado, os diferentes certificados dos exames de proficiência europeus – que têm sido reformulados a partir do *Quadro Europeu* –, servem como uma promessa de “visibilidade”. Segundo Payer (2005), essa é a recompensa para aqueles que obedecem às “leis de Mercado”, assim como a obediência às leis divinas, na Idade Média, servira como promessa de salvação da alma, e a obediência à lei jurídica, na Idade Moderna, como promessa de liberdade (de circulação e de dizer).

### Considerações finais

O discurso do “Quadro Europeu comum de referência para as línguas” parece se inscrever em uma formação discursiva que se configura em um novo real sócio-histórico, marcado por uma certa transferência do poder do Estado para o Mercado. Tal transformação produz efeitos no processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito. Configura-se então um sujeito que, para “ser bem-sucedido”, deve dominar diferentes línguas. Se, na Idade Moderna, a língua nacional era um elemento central para a construção da identidade nacional – e, assim, da própria cidadania –, na Contemporaneidade, a aprendizagem de diferentes línguas aparece como requisito para uma espécie de “cidadania transnacional”, marcada pela discursividade do Mercado.

Quando analisamos a expressão “*apprentissage des langues et citoyenneté européenne*”, que funciona como uma máxima do *Quadro Europeu*, chamamos atenção para a indeterminação de “*langues*”. Que línguas seriam essas, cuja aprendizagem é colocada como condição necessária para a “cidadania européia”? Além das línguas nacionais da Europa, o *Quadro europeu* destaca, em algumas passagens, a importância da aprendizagem de línguas regionais. Alguns estudiosos, entretanto, problematizam esse suposto discurso de plurilingüismo. Giordan (2006:6), por exemplo, afirma: “*la politique linguistique de l’Union Européenne se situe dans la logique économique du grand marché et se limite donc aux langues nationales des États membres, ne laissant qu’une place symbolique aux langues régionales ou minoritaires*”.

A discussão desta questão foge, entretanto, aos objetivos deste artigo, que visou, sobretudo, mostrar que o *Quadro Europeu* funciona como um instrumento lingüístico, servindo como um importante observatório da constituição dos sujeitos e da sociedade na Contemporaneidade.

---

### Referências Bibliográficas:

- AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp.
- CONSEIL DE L'EUROPE. (2001) *Cadre européen commun de référence pour les langues: apprendre, enseigner, évaluer*. Disponível em [www.coe.int/T/DG4/Portfolio/documents/cadrecommun.pdf](http://www.coe.int/T/DG4/Portfolio/documents/cadrecommun.pdf). Acesso em 31/08/2006
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. (2004) *A língua inatingível*. Campinas: Pontes.
- GIORDAN, H. (2006) “*La question des langues en Europe*”. Disponível em [http://www.gdm.ras.eu.org/fr/forum/langues\\_europe.pdf](http://www.gdm.ras.eu.org/fr/forum/langues_europe.pdf). Acesso em 19/07/2006.
- GUIMARÃES, E. (2002) *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2006) “*Língua nacional*”. Disponível em [http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_nacional.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm). Acesso em 11/09/2006.
- HABERMAS, J. (1999) “The European nation-state in the pressures of globalization”. *New Left Review* 235, maio-jun, 46-59.
- LEWKOWICZ, I. et al. (no prelo) *Do fragmento à situação. Anotações sobre a subjetividade contemporânea*. Tradução: Maria Onice Payer e Romualdo Dias.
- MILNER, J.-C. (1978) *L'amour de la langue*. Paris: Seuil.
- ORLANDI, E. (2001) “*Apresentação*”. E. Orlandi (org.) *História das Idéias Lingüísticas*, 7-20. Campinas: Pontes / Cáceres: UNEMAT.
- PAYER, M. O. (2005) “*Sujeito e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia, mercado*”. *Rua*, 11, p. 9-25.